

**A quase perda de um patrimônio:
o antigo edifício da Alfândega da cidade do Rio Grande / RS**

Eliza Furlong Antochevis

Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

 <https://orcid.org/0000-0001-9255-7567>
E-mail: eliza.antochevis@gmail.com

Resumo: Na década de 1870, foi construído o terceiro edifício da Alfândega do Rio Grande, um exemplar neoclássico, ainda preservado, que se tornou um marco na paisagem da cidade portuária. A análise de quais elementos foram decisivos para a sua preservação é o objetivo deste artigo. Inicialmente, são analisados os antecedentes, como a importância da atividade alfandegária para que o lugar não fosse abandonado, em meio a dificuldades geográficas. Posteriormente, avalia-se o surgimento do terceiro edifício, parte de seu projeto e sua descrição pelo jornal local enquanto uma novidade arquitetônica. Na parte final, é abordada a sua trajetória de preservação, na década de 1960, em meio a uma ameaça de demolição que quase o substituiu por uma construção moderna. A solicitação de tombamento à DPHAN, realizada pela Câmara de Comércio da cidade, impediu tal acontecimento e revelou ao órgão federal a relevância do bem para as memórias e a identidade rio-grandinas.

Palavras-chave: Preservação; Tombamento; Patrimônio edificado; Paisagem; Memória.

The almost loss of a heritage: the ancient Custom House in the city of Rio Grande/RS

Abstract: In the 1870's, the third Custom House in Rio Grande was built, a neoclassical example, still preserved, which became a landmark in the landscape of the port city. The analysis of which elements were crucial for its preservation is the objective of this article. Initially, the background is analyzed, as the relevance of the customs activities so that the place wasn't abandoned, amid geographical difficulties. Later, it is analyzed the emergence of the third building, part of its design and its description by the local newspaper as an architectural novelty. In the final part, its preservation path is reported, in the 1960's, in the middle of a demolition threat that almost replaced it with a modern architecture. The request for registration to the DPHAN, carried out by the city's Chamber of Commerce, prevented such an event. It also revealed to the federal agency the relevance of the building to the memories and the identity of the citizens of Rio Grande.

Keywords: Preservation; Registration; Architectural Heritage; Landscape; Memory.

Texto recebido em: 27/03/2022

Texto aprovado em: 09/06/2022

Introdução

Em 1938, enquanto o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dava seus primeiros passos, era demolido o edifício que havia abrigado inicialmente a Academia Imperial de Belas Artes, inaugurada em 1826, no Rio de Janeiro. Foi um dos primeiros edifícios neoclássicos do Brasil, projetado pelo arquiteto e professor Auguste Grandjean de Montigny (BRASILIANA FOTOGRÁFICA, 2022). O pórtico foi salvo e transportado para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e, atualmente, o terreno abriga um estacionamento.

Essa demolição foi apenas uma em meio a tantas outras que eliminaram importantes exemplares edificados, em várias regiões do país. Os motivos eram tanto os preconceitos em relação a algumas correntes arquitetônicas quanto o deslumbramento em relação a “modernizações” que fizeram com que muitas construções fossem demolidas para a implantação de grandes avenidas, por exemplo.

Em meio a essa reflexão, surgiu o interesse em pesquisar dados sobre um patrimônio edificado preservado na zona urbana de uma cidade ao sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente a sua trajetória construtiva, nos anos 1870, e a caminhada de sua preservação, na década de 1960. Trata-se do edifício da antiga Alfândega da cidade do Rio Grande, tombado pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1967, situado às margens do Estuário da Laguna dos Patos. A construção pode ser caracterizada como um marco em meio a uma paisagem que contempla o natural e o edificado (figura 1).

A paisagem é compreendida neste trabalho, conforme o conceito de Milton Santos (2006, p. 66), ou seja, como “um conjunto de formas que, em um dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. A paisagem é formada por porções materiais de diversos tempos que se acumulam, logo é “transtemporal” e relaciona-se com os diferentes sentidos memoriais que segue ativando nos sujeitos.

Na perspectiva da sociologia da memória inaugurada por Maurice Halbwachs, há uma relação entre a localização das lembranças e o contexto social vivido. A memória do indivíduo não está totalmente isolada de influências externas, logo é da interação entre indivíduo e meio social que se constrói a lembrança (HALBWACHS, 1990). Para representar o passado, a memória individual precisa se apoiar nas memórias de um grupo através dos marcos sociais da memória. Esses

pontos são fixados pela sociedade, são memórias estáveis e dominantes, de acordo com cada época (COLACRAI, 2010).



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica

FIGURA 1
O edifício da antiga Alfândega, ao lado da Praça Xavier Ferreira, Rio Grande / RS, em 1987

301

Alguns desses pontos podem ser definidos por elementos tangíveis, concretos, que formam o lugar. A noção de lugar é compreendida, neste texto, também conforme Milton Santos (2006), como parte do espaço que busca permanecer atrativo, realçando suas virtudes. O lugar pode receber influência de acontecimentos da esfera mundial, redefinindo-se, mas nunca perdendo as suas particularidades, procedentes das influências locais. Essa busca pela singularidade pode ser apoiada em uma intenção de valorização do passado.

Acerca de lugares e memórias, Halbwachs (1990, p. 131) afirmou que “é como se [os objetos] fossem uma sociedade silenciosa e imóvel, estranha à nossa agitação e às nossas mudanças de humor, que nos dá uma sensação de ordem e de quietude”. Em meio a isso, é compreensível que a permanência de um objeto possível de ser contemplado, seja ele um elemento decorativo, um mobiliário ou uma edificação, auxilie no sentido de pertencimento do indivíduo.

Nesta discussão sobre preservação do patrimônio edificado, paisagem, memória e lugar, compreende-se como importante destacar que a paisagem da rua,

seus edifícios e acontecimentos se conectam com o espaço da lembrança, da recordação individual. Mais do que isso, também se atrelam àquela lembrança que é evocada pelos grupos que compartilham o espaço de diferentes formas. Logo, a paisagem urbana é um suporte da memória e da identidade, que nela encontra ressonância.

O objeto central deste artigo é o terceiro edifício da Alfândega da cidade do Rio Grande, cuja fundação remonta a 1737 como Presídio e Povoação do Rio Grande de São Pedro, exercendo atividades militares e portuárias e desenvolvendo-se às margens do Estuário da Laguna dos Patos, em sua região meridional. Inicialmente, os navios desembarcavam no porto da cidade de São José do Norte, localizada na margem leste do estuário, onde havia melhores condições geográficas, como maior calado. Os produtos eram transportados por embarcações menores para o porto do Rio Grande, inicialmente composto por trapiches e, a partir de 1804, também pelo primeiro edifício da Alfândega (QUEIROZ, 1987).

Foi um longo percurso até que a cidade adquirisse uma estrutura portuária adequada, compatível com a sua importância como único porto marítimo do estado. A instalação dos diferentes edifícios da Alfândega na cidade, durante o século XIX, acompanhou o crescimento de sua atividade portuária. Assim como em outras regiões, a história das alfândegas está fortemente relacionada com o próprio desenvolvimento econômico e social do país, tendo sido criadas com o objetivo de reprimir o contrabando de riquezas naturais da colônia (BRASIL, 2012).

Em Rio Grande, o terceiro edifício para as atividades alfandegárias foi inaugurado em 1879, ocupando a totalidade de um quarteirão. Esse exemplar substituiu o segundo, que era menor e foi demolido, localizando-se no mesmo terreno (então mais extenso, devido aos aterros realizados). O primeiro edifício havia ocupado a esquina em diagonal àquela que receberia esses dois últimos exemplares. A localização das sedes é apresentada na imagem a seguir (figura 2), com base nas fontes que serão fornecidas ao longo do texto sobre as edificações. A evolução da linha de margem ao estuário também é apresentada, a partir da análise da autora acerca da “Planta da Villa de Rio Grande de S. Pedro do Sul - 1829”¹ e a partir das análises de Torres (2010) sobre o cais de pedra construído entre 1869 e 1878.

O terceiro edifício, com uma escala monumental, faz parte do pequeno grupo de edificações tombadas em nível federal da cidade², com entradas pelas ruas Marechal Floriano Peixoto e Riachuelo. Atualmente, configura-se como um marco

na paisagem do Centro Histórico da cidade, abrigando atividades da Receita Federal e da Coleção Histórica do Museu da Cidade do Rio Grande.



Fonte: Google Maps (2022).

FIGURA 2

Imagem aérea do Centro Histórico da cidade do Rio Grande/RS. Inserções da autora

303

Legenda:

- A- Linha de margem conforme “Planta da Villa de S. Pedro do Sul – 1829;
- B – Linha de margem conforme extensão do cais de pedra construído entre 1869 e 1878;
- 1 – Localização aproximada do primeiro edifício da Alfândega;
- 3 – Localização do terceiro edifício, na Rua Marechal Floriano Peixoto n° 300.

Neste artigo objetiva-se analisar quais questões foram determinantes para a preservação do edifício, em meio à área histórica de sua cidade, a mais antiga do Rio Grande do Sul. Após uma breve descrição sobre os dois primeiros edifícios para o uso alfandegário, a terceira construção é analisada em seu aspecto físico, através de um histórico que mostra suas características arquitetônicas e a necessidade de sua construção em meio ao desenvolvimento da cidade. Analisa-se, também, como o edifício era relatado pelos jornais locais, como se deu e quais foram os efeitos das ações de preservação patrimonial sobre esse bem.

Uma cidade portuária

Em Rio Grande, a arrecadação de tributos teve início em 1749, através da criação de uma Provedoria, que posteriormente deu lugar a uma Junta de Fazenda (MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE, 1986). Com o crescimento das atividades portuárias e comerciais, ligadas a importações e exportações, surgiu a necessidade da criação de uma Alfândega. A repartição foi criada pela *Carta Régia* de 15 de julho de 1804 e instalada em outubro do mesmo ano, com significativo papel na exportação de couro, sobre o qual incidiam tributos como o *Quinto Régio* e o *Dízimo dos Couros* (BRASIL, 2012).

Este primeiro edifício estava localizado na atual Rua Marechal Floriano Peixoto, nas proximidades com a Rua Andradas. O terreno apresentava medidas de 106 palmos³ de largura em frente à atual Praça Xavier Ferreira, 73 palmos pela Rua Andradas, e distava 28 braças do trapiche para desembarque das mercadorias (TORRES, 2004). Ou seja, situava-se na diagonal do lote onde seriam construídos os edifícios seguintes. Na primeira década do século XIX, a Rua Marechal Floriano Peixoto era chamada de Rua da Praia, pois estava mais próxima ao estuário, antes da execução dos aterros que deram origem à Rua Riachuelo.

Com a Abertura dos Portos no Brasil em 1808, foi possibilitada a entrada e a saída de embarcações transportando mercadorias vindas de países distintos daqueles sob o domínio da Coroa Portuguesa e com os quais eram mantidas relações de paz ou de produções coloniais (BRASIL, 2012). Atraído pela possibilidade de comércio na região, o inglês John Luccock passou alguns meses do ano de 1809 no estado do Rio Grande do Sul, sendo parte desse tempo em Rio Grande. Posteriormente, Luccock transformou suas memórias em relatos que compuseram o livro “Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil”. Sobre a primeira Alfândega do Rio Grande, ele escreveu:

É uma construção de cantaria, com paredes de cerca de dez pés de alto, coberto de um telhado muito íngreme que lhe dá o aspecto de uma velha cocheira inglesa. Dentro, duas áreas quadradas e separadas por grades contêm, cada qual, uma mesa e alguns tamboretas, para os trâmites do ofício (...). Em frente dele e rente d'água, há um pequeno barracão de telhas, erguido sobre esteios com um soalho de pranchas e munido de um guindaste, constituindo o único trapiche público e lugar único em que todas as mercadorias têm que ser desembarcadas. (LUCCOCK, 1942, p. 118).

Ao olhar de Luccock, somaram-se outros também estrangeiros ao longo do século XIX, como o do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, que analisou a vila em um aspecto geral durante sua viagem em 1820. Saint-Hilaire (1987) afirmou que ela se encontrava entre pântanos e areias, com risco de ser soterrada, e que possivelmente só não havia sido abandonada pela existência da Alfândega, para onde as mercadorias eram obrigatoriamente transportadas.

Os relatos revelaram não só a precariedade da edificação, mas também as dificuldades encontradas devido à geografia da região. Materiais para construção, como tijolos e telhas de barro, precisavam ser trazidos de Porto Alegre, sendo utilizados, na maioria das vezes, apenas nas residências de importantes comerciantes (QUEIROZ, 1987). Completando esse panorama, estavam também os fortes ventos que moviam as dunas de um local para outro, tornando a região inóspita.

Em 1823 foram finalizados importantes obras na cidade: a primeira etapa da dragagem do canal de navegação, a execução de aterros e a instalação do cais de madeira, que trouxeram para o local embarcações de maior porte (QUEIROZ, 1987). Aproximadamente dois anos depois, o artista francês Jean Baptiste Debret⁴ pintou uma aquarela, em nível de esboço, que apresentava o título “S.^t Pierre du Sud (Rio Grande)”⁵, após viagem ao sul do país. Segundo Abeillard Barreto (1976), a obra, com traços não muito nítidos, mostrava o porto da cidade, com a recém criada Rua Nova das Flores em primeiro plano.

Enquanto o esboço foi reproduzido e comentado na obra de Barreto e em algumas pesquisas sobre Rio Grande, a aquarela finalizada, pintada posteriormente por Debret, não recebeu grande divulgação até a publicação mais recente de obras como *Debret e o Brasil*, de Bandeira e Lago (2013). Com traços mais nítidos, o trabalho final foi apresentado no livro com a legenda *São Pedro do Sul*, datado de 1827, mostrando assinatura do artista no canto inferior esquerdo (figura 3).

A aquarela finalizada, muito semelhante ao esboço, mostra a Rua Nova das Flores (posteriormente Rua Riachuelo) à esquerda, o espaço vazio ao seu lado que ao longo dos anos constituiria a Praça Xavier Ferreira e, em segundo plano, uma rua mais extensa. No centro da imagem há um trapiche com uma pequena área coberta. Atrás dele, passando a futura praça, é possível avistar uma construção térrea, com duas aberturas. Há uma grande possibilidade de que essa seja uma representação do primeiro edifício da Alfândega da cidade, indo ao encontro do relato de Luccock.



Fonte: Bandeira; Lago (2013, p. 298).

FIGURA 3
Aquarela São Pedro do Sul, 1827, Jean-Baptiste Debret.

Destaque da autora com a possível localização do primeiro edifício da Alfândega do Rio Grande

Outros dois aspectos da aquarela vão ao encontro de fatos históricos documentados. O primeiro é a linha de margem do cais, em frente à Rua Riachuelo, que não tem continuidade para o lado do espaço vazio. Os primeiros aterros da década de 1820 visavam apenas o aumento da área portuária. O segundo ponto é a representação de um templo religioso atrás daquele espaço, à direita da imagem, que seria a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, edificada em 1814 (ANJOS, 2012).

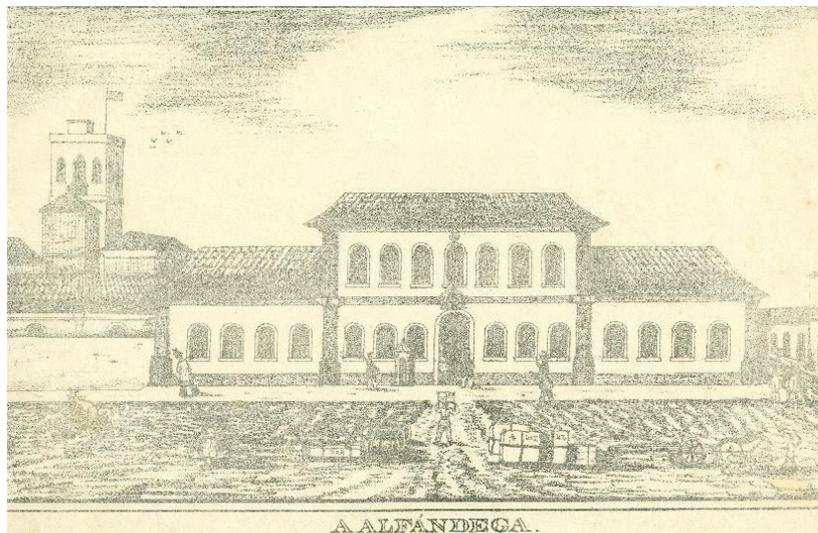
Pelo mal estado de conservação do primeiro edifício, as atividades alfandegárias foram transferidas para um novo, construído na esquina diagonal ao anterior, com fachada principal para a praça, inaugurado entre 1832 e 1833 (TORRES, 2004). As laterais do edifício estavam voltadas para as atuais ruas Marechal Floriano Peixoto e Riachuelo e, nesta última, havia um trapiche para a descarga de mercadorias (MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE, 1986).

Louis-Frédéric Arsène Isabelle, viajante e botânico francês, esteve na cidade entre 1833 e 1834. Isabelle argumentou que a prosperidade do Rio Grande estava ligada aos feitos de seus comerciantes, que se uniam e investiam grandes somas de dinheiro em melhorias de caráter público. Afirmou ainda que:

Foi assim que uma sociedade de acionistas, dirigida pela casa *Carrol Forbes & Cia.*, encarregou-se de fazer abrir, por meio de caríssimas máquinas a vapor, um canal que permite aos navios de duzentas toneladas e mais atracarem para carregar e descarregar. (...) Uma alfândega espaçosa foi construída; alguns cais foram feitos; um

teatro acaba de ser terminado e uma câmara municipal está em construção. (ISABELLE, 2006, p. 257).

No Relatório da Câmara Municipal do Rio Grande, referente a 1845, foi incluído um orçamento para despesas com uma nova estacada para o depósito de areias entre o Mercado Público Municipal⁶ e a Alfândega⁷ (CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, 1845). Através desses aterros, pretendia-se solucionar os problemas tanto das áreas alagadiças quanto do excesso de areias, que ainda dificultavam a locomoção pela cidade.



Fonte: Museu Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica.

FIGURA 4
Gravura do segundo edifício da Alfândega da cidade do Rio Grande, de 1858

Acerca do segundo edifício, a imagem a seguir (figura 4), uma gravura datada de 1858, permitiu uma melhor compreensão sobre ele. Mostrou, em primeiro plano, a Praça Municipal (posteriormente Xavier Ferreira), e, em sua frente, a construção, com o corpo central em dois pavimentos (marcando a entrada), acrescido de dois volumes térreos e um muro que seguia até a Rua Riachuelo, delimitando a área alfandegária.

A segunda Alfândega apresentava características da arquitetura luso-brasileira, como o telhado com beiral e as aberturas com vãos retangulares arrematados por vergas em arcos abatidos⁸ (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011a). No fundo da imagem, à esquerda, é possível visualizar uma torre (mirante) em um edifício localizado na Rua Riachuelo. Muito comuns no período, as torres

serviam para acompanhar a movimentação dos navios no porto, pelas casas importadoras e exportadoras (COPSTEIN, 1982).

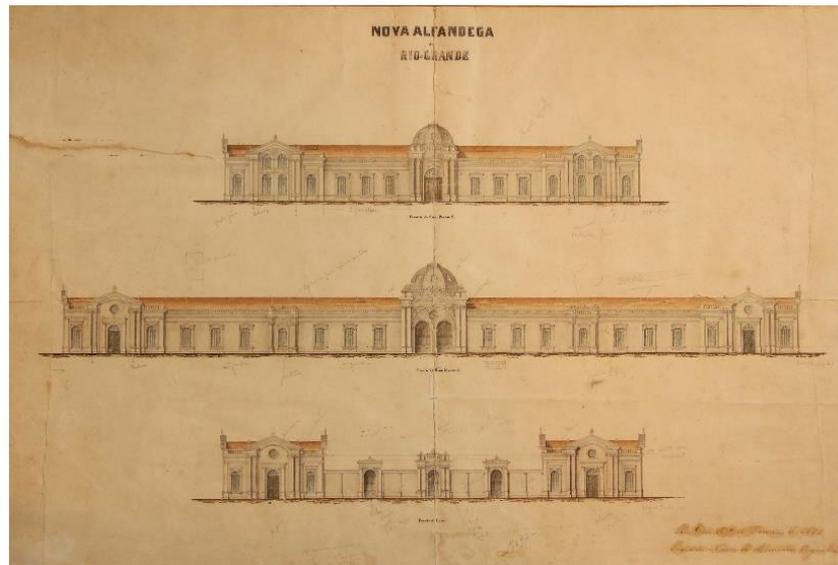
O novo marco da paisagem

Nos anos seguintes, alguns fatores relativos ao crescimento das atividades alfandegárias levaram à necessidade de construir-se um novo e maior edifício para a Alfândega. Alguns desses fatores foram a dependência da Alfândega de São José do Norte à de Rio Grande, a necessidade de inspeção dos armazéns alfandegários de terceiros e a contratação de uma draga pela Associação Comercial para receber maiores navios (MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE, 1986).

Em 1871, estava finalizada a primeira etapa do cais de alvenaria de pedra em frente à Alfândega, sendo ainda necessária a continuação da obra no restante da Rua Riachuelo (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1871). Após essa continuação à leste do edifício, ocorreu o prolongamento à oeste do mesmo (TORRES, 2010). A melhoria surgiu após a realização dos novos aterros, que tornaram mais ampla a região ao norte do centro da cidade. A ampliação envolveu o quarteirão da Alfândega, que ganhou uma maior extensão, em direção ao estuário.

Posteriormente, foi emitida uma Ordem do Tesouro Nacional, pelo Visconde do Rio Branco, solicitando a construção do novo edifício⁹. A Ordem nº145 de 1874 solicitava que fosse executada a obra conforme planta e orçamento anexos, organizados pelo engenheiro Francisco Nunes de Miranda (TORRES, 2004b). O nome do engenheiro também consta na prancha de desenhos técnicos das fachadas do novo edifício, em seu canto inferior direito, datado de 1875 (figura 5). Apesar dessa informação, há indícios de que a autoria poderia ser de outro profissional. O arquiteto alemão August Landgraf seria o projetista do edifício, e o engenheiro Miranda teria assinado o projeto, pois o arquiteto era estrangeiro e não poderia exercer a profissão naquele período¹⁰ (WEIMER, 2006).

A construção do edifício, formado por blocos de plantas retangulares que contornavam o terreno (na Rua Riachuelo apenas parcialmente) e um bloco interno, que dividia o espaço descoberto em dois pátios, ocorreu em etapas. Conforme o prédio anterior era demolido, edificava-se no mesmo terreno, agora mais extenso pelos aterros, os corpos voltados para cada uma das quatro ruas.



Fonte: Museu Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica.

FIGURA 5

Projeto da “Nova Alfândega do Rio Grande”, assinado pelo engenheiro Francisco Nunes de Miranda, em 9 de fevereiro de 1875. Mostra as fachadas com títulos “Frente da Rua Pedro II”, “Frente da Rua Ewbank”, “Frente do Caes”

O desenho da fachada voltada para a Rua Pedro II, atualmente Rua Marechal Floriano Peixoto, apresentava em seu centro um pórtico marcando o único acesso, com colunas de mármore, adornadas por capitéis da ordem coríntia, sob uma cúpula. Suas extremidades, levemente avançadas em relação ao restante da fachada, mostravam pilastras e frontão retangular.

A fachada voltada para a Rua Andradas não consta no conjunto, possivelmente pela intenção de executá-la de forma igual àquela da Rua Ewbank. Essas ruas receberam as fachadas mais longas, mostrando um pórtico central, que marcava o acesso principal, com duas portas e uma cúpula sob pilastras também coríntias. As extremidades receberam tratamento semelhante ao da fachada anterior, o que também apareceria na Rua Riachuelo. Essa última fachada, voltada para o cais, era a mais simplificada. Além dos blocos em suas extremidades, apresentava um muro com três portas, sendo a central ornada com um número maior de pilastras com capitéis coríntios, enquanto as outras receberam pilastras dóricas.

As características da corrente neoclássica são evidentes no projeto pela simetria, marcação de acessos e presença de elementos como colunas, pilastras e frontões triangulares. Nesse sentido, compreende-se a existência de linhas de

estudos, como a de Reis Filho (2011), que defende que, de modo geral, o neoclássico afastado dos grandes centros não era o oficial, mas algo simplificado pelos materiais e mão de obra locais. Também é conhecido o pensamento de Bruand (2005, p. 34) sobre o neoclassicismo ter se adulterado após 1860, através da inserção de outros “estilos históricos”, criando obras que eram um “corpo sem alma”.

Entretanto, assim como Fabris (1993), considera-se que o pensamento de Bruand (2005) generaliza as obras existentes no país naquele período e no início do século XX, tratando a questão da originalidade de forma breve, sem uma maior profundidade. Entende-se, neste trabalho, que o edifício em questão não apresenta justaposições de estilos suficientes para incluí-lo na corrente eclética. Acredita-se tratar de uma versão simplificada do neoclássico oficial dos grandes centros, mas que nem por isso precisa ser excluída enquanto um exemplar dessa corrente.

Sendo assim, considerado enquanto uma composição neoclássica desenvolvida no Brasil, o edifício pode ser qualificado como um misto entre variantes. A primeira seria aquela com o pórtico em destaque (pela utilização das cúpulas no centro da fachada) e a segunda aquela com pórtico e frontão triangular alinhados à fachada (nas extremidades das mesmas) (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011b).

Conforme o Relatório da Câmara Municipal, apresentado em janeiro de 1877, a construção da nova Alfândega apresentava finalizados os volumes nas extensões das ruas Ewbank e Riachuelo, e em fase de construção os dois restantes (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1877). O documento dizia ainda que o majestoso edifício, mandado construir pelo governo federal, era o “mais belo ornamento da cidade”. Em outubro de 1878, o jornal O Diário do Rio Grande informou que alguns membros da redação haviam visitado o edifício, para informar aos leitores sobre a situação de sua construção. Segundo eles:

A face da frente compõe-se da casa forte, destinada aos cofres da repartição, gabinete reservado do inspector, salão de expediente, e tres salas (...). A face de leste comprehende uma pequena sala que já serve para o corpo da guarda e em toda a sua extensão ao fundo, correm dous grandes armazens (...). A face de oeste ainda está em via de construcção por não ter sido demolida essa parte do antigo edificio. A face do fundo abrange duas salas ao serviço da guarda-moria. Do centro das três primeiras faces foram levantadas cúpulas e na do fundo ergue-se a torre de vigia (...). Não se deu ainda começo ao pórtico da Alfândega que deverá ser todo de mármore da província, e levantado sobre quatro columnas, segundo o gosto

corinthico. Será esta a parte mais importante do edifício pela sua elegância e novidade (...). Acha-se incumbido de assistir a toda mão de obra o hábil e inteligente architecto Sr. Augusto Landgraf. A direcção de todos estes trabalhos foi confiada ao engenheiro Dr. Francisco Nunes de Miranda (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 12/10/1878).

Nesse relato, surgiram algumas novas informações sobre a construção. Uma delas foi a respeito da face norte (face do fundo), na qual estava sendo construída uma torre que receberia uma cúpula. Essa fachada foi a que mais recebeu modificações. Além da torre, ganhou um bloco inteiro edificado, e não apenas o muro apresentado nos desenhos, como pode ser observado na imagem a seguir (figura 6). Nela, outra torre com função semelhante pode ser vista à esquerda do edifício, localizada na parte posterior de um exemplar da Rua Riachuelo. Há uma grande possibilidade dessa torre ser a mesma retratada na gravura de 1858 (figura 4). As demais fachadas receberam alterações com relação ao número de janelas dos lados de cada cúpula.

A segunda informação tratou do pórtico com colunas de mármore, que marcaria a entrada principal do edifício, pela Rua Marechal Floriano Peixoto. Essa fachada foi considerada a mais importante, mostrando que, provavelmente, a cidade não apresentava muitas construções com materiais dispendiosos ou mesmo colunas mais elaboradas. Apesar do evidente fato de ser essa a entrada principal, não era ela a mais extensa, nem aquela com maior altura, tendo sido, inclusive, a menos registrada em fotografias e cartões-postais estudados até o momento, dos séculos XIX e XX.

Outra informação dizia respeito à presença do arquiteto August Landgraf, então confirmada pelo jornal, como um supervisor de obras ou função semelhante. A direção geral dos trabalhos era de Francisco Nunes de Miranda. Mesmo com as alterações analisadas, as fachadas continuaram com uma modulação que as dividiam em cinco planos verticais: os dois volumes das extremidades, o volume central com a cúpula e os dois volumes entre eles, ligeiramente recuados. Conforme Mendes, Veríssimo e Bittar (2011b), essa também foi uma característica do neoclássico durante o Período Imperial, inspirado em fachadas de palácios franceses.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

FIGURA 6
Fotografia da Rua Riachuelo em 1909

O novo século, a ameaça e tombamento

Rio Grande iniciou o século XX com considerável desenvolvimento econômico, através de atividades portuárias, comerciais e industriais. Em seu antigo centro, as ruas Riachuelo, Marechal Floriano Peixoto e General Bacelar abrigavam a maioria dessas atividades. Muitos dos problemas referentes a áreas alagadiças e ruas sem pavimentação haviam sido solucionados. A Praça Xavier Ferreira era um dos mais importantes lugares de convívio.

Em 1915, ocorreu a inauguração do Porto Novo, no lado leste da cidade. A necessidade do novo empreendimento já era discutida há algumas décadas, visando uma área em que houvesse maior calado para a entrada dos navios. O antigo porto continuou atuando como ancoradouro de embarcações de menor porte, recebendo, na década de 1920, cinco armazéns (FERREIRA; GASTAUD, 2018).

Na década de 1950, o primeiro período industrial da cidade sofreu um enfraquecimento, o que provocou o encerramento das atividades de várias indústrias e uma conseqüente crise local com redução de postos de trabalho (MARTINS, 2016). Essa crise econômica levou, nos anos seguintes, à uma busca por alternativas, como o turismo, gerando campanhas divulgadas pela mídia que tinham o título “Desperta Rio Grande” (WITTER, 2011). Uma das iniciativas foi a

criação do evento Festa do Mar, que teve sua primeira edição em 1961, nas proximidades do estuário e em outras áreas da cidade.

Acerca da preservação do patrimônio no Brasil, na década de 1960 o órgão responsável era a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) desde 1946, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde (MES) até 1953 e, a partir do referido ano, ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) (REZENDE *et al.*, 2015). Nesse momento, surgia um novo panorama com relação aos aspectos considerados como mais relevantes pelos técnicos do órgão, na caracterização de uma edificação como patrimônio.

Enquanto inicialmente eram mais valorizados o caráter estético de bens coloniais brasileiros, em especial obras monumentais, na década de 1960 a prioridade foi transferida para o valor histórico, considerando principalmente o barroco, além do neoclássico (FONSECA, 2009). As obras ecléticas continuavam desvalorizadas na grande maioria dos casos, vistas como uma junção de estilos estrangeiros que não dialogavam com a cultura do país.

Com relação à cidade do Rio Grande, os anos 1960 foram marcados por uma importante solicitação de preservação do patrimônio, que ia ao encontro do sentimento mais amplo de valorização da cidade citado anteriormente. Em julho de 1965, foi enviada pela Câmara do Comércio¹¹ uma solicitação de tombamento federal do edifício da Alfândega, ao Diretor da DPHAN, o advogado, jornalista e escritor Rodrigo Mello Franco de Andrade. No documento¹², a presidência da Câmara informou a existência do prédio, salientando que:

Inegavelmente, o referido edifício constitui um monumento arquitetônico de notável valor histórico, não só pela harmonia do conjunto das suas fachadas, mas, também pelas suas dependências internas (...). Considerando que esse edifício público revela uma época de afanosas atividades para o engrandecimento da pátria, quer parecer, s.m.j., que deveria ser o mesmo tombado, pois, realmente é considerado como obra arquitetônica de grande valor histórico, merecendo uma permanente conservação (CÂMARA DE COMÉRCIO DA CIDADE DE RIO GRANDE, 1965).

É importante destacar que, no período entre 1937 e 1967, não eram usuais pedidos de tombamento vindos de particulares ou de instituições que não o SPHAN, e posterior DPHAN. Nessa chamada *fase heroica*, as solicitações referentes a “seleção e a valorização dos bens tombados” eram realizadas quase exclusivamente pelo quadro de funcionários da instituição ou por colaboradores (FONSECA, 2009, p. 113).

Em outubro do mesmo ano, o ofício chegou a Renato de Azevedo Duarte Soeiro, arquiteto e então diretor substituto da DPHAN, que solicitou mais informações sobre o edifício (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1965). Em abril do ano seguinte, o órgão rio-grandino enviou novo relatório, após a elaboração do histórico do edifício¹³. Nele, foram inseridas informações sobre a construção do bem e duas reportagens do Jornal Rio Grande¹⁴, de 1964, mostrando qual era a visão do periódico sobre o edifício (CÂMARA DE COMÉRCIO DA CIDADE DE RIO GRANDE, 1966).

Na reportagem intitulada “Edifício da Alfândega”¹⁵, o jornal informou ser reconfortante o fato de uma verba ter sido destinada para a restauração do prédio, através do Ministério da Fazenda. Visando a sua valorização, o edifício foi qualificado como “uma característica arquitetônica do centro urbano”, que evidenciava a importância da cidade, não apenas por seu futuro promissor, mas também como “núcleo da colonização lusitana no sul do Brasil” (JORNAL RIO GRANDE, 23/09/1964). Segundo o jornal, a preservação de uma obra de tão grandes dimensões foi justificada pela possibilidade de outras repartições públicas ocuparem seus amplos espaços, evitando gastos em aluguéis pelo poder público.

Com o título “Preservação”, uma nova reportagem foi publicada três dias depois, trazendo outro teor e informando que não se pretendia restaurar o edifício, mas sim demoli-lo. A ideia era construir uma nova unidade, com linhas da arquitetura moderna, ocupando um terço do terreno atual, ficando o restante destinado a uma praça com estacionamento para veículos. O texto ressaltava, embora de maneira mais enfática, o exposto na matéria anterior: Rio Grande tinha um passado relevante, não era uma “*nouveau-riche*”, e os exemplares desse passado deveriam permanecer, convivendo com novos prédios, criando um contraste atraente (JORNAL RIO GRANDE, 26/09/1964). O jornal informou ainda que:

Enquanto cidades europeias atingidas pela guerra fizeram erguer os seus edifícios no mesmo estilo de séculos atrás, para que não ficasse perdido o seu aspecto tradicional, tido como atração turística; enquanto em nosso país o casario da Bahia e das seculares cidades mineiras se destaca nos carnês de viagem (...); enquanto bem perto de nós, em Pelotas, o Clube Comercial, conclui vultosa obra de restauração da sua sede (...), há, fora daqui ou aqui mesmo, quem pense em votar o edifício da Alfândega ao desaparecimento. Mas, a austeridade do governo atual e a campanha dos rio-grandinos de bom senso, são elementos inestimáveis com que contamos para a sua preservação (JORNAL RIO GRANDE, 26/09/1964).

Assim, as reportagens exploraram fatos relacionados à preservação, no Brasil e no mundo, incentivando os habitantes da cidade a refletirem sobre a questão da sede da Alfândega. Em uma sequência inteligente, o primeiro texto mostrou a relevância do edifício, sem nenhuma provocação que pudesse gerar polaridades. O texto seguinte mostrou o risco que ele corria, convidando a todos os de “bom senso” a juntarem-se à causa.

Em agosto de 1966, após receber o documento que continha o histórico e as reportagens, o arquiteto Paulo Thedim Barreto, Chefe da Seção de Arte da DPHAN, enviou um primeiro parecer ao Diretor Franco de Andrade. Barreto manifestou-se, em nome de sua equipe, a favor do tombamento, solicitando sua inscrição no Livro do Tombo Histórico¹⁶, pois “esse edifício neoclássico é de grande interesse para a região” (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1966a).

Posteriormente, e estando a par do processo de tombamento, o setor de obras do Ministério da Saúde entrou em contato com Franco de Andrade. O objetivo era solicitar que fosse contatado o mesmo setor do Ministério da Fazenda para que não fossem impedidos os reparos emergenciais que haviam sido solicitados pela Inspeção de Saúde dos Portos do Rio Grande, por consequência de fortes chuvas (DIVISÃO DE OBRAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1966).

Ainda em 1966, ocorreu uma reunião entre a arquiteta da DPHAN, Belmira Finageiv, e o Diretor da Divisão de Obras do Ministério da Fazenda, Francisco Behrendorf Junior, acerca do projeto de intervenção para o edifício da Alfândega do Rio Grande. Behrendorf informou que a intenção, antes de se saber do processo de tombamento com parecer inicial favorável, era proceder com a demolição do prédio para construir um novo exemplar com vários pavimentos, cujo projeto já estava pronto (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1966b). Antes disso, ocorreriam os reparos emergenciais na área do edifício ocupada pela divisão da Saúde dos Portos do Rio Grande, ligada ao Ministério da Saúde.

Essas informações foram inseridas no relatório de Finageiv e confirmaram os dados expostos pelo jornal rio-grandino. A ameaça de demolição do edifício, naquele momento com quase um século de história, era uma realidade. Ao que se pode inferir, essa ameaça estava sendo interrompida pelos trâmites da solicitação de tombamento iniciados pela Câmara de Comércio, órgão que até hoje está localizado ao lado do edifício da Alfândega.

O documento da arquiteta também trouxe informações sobre os usos existentes no edifício. O bloco voltado para a Rua Marechal Floriano Peixoto era ocupado pelas atividades alfandegárias. No bloco em frente à Rua Ewbank estavam unidades da Prefeitura Municipal e do Ministério da Agricultura. O volume voltado para a Rua Riachuelo, assim como aquele que dividia os pátios internos, estava sem uso devido às más condições de conservação dos pisos e da cobertura. No bloco voltado para a Rua Andradas estavam a divisão do Ministério da Saúde, uma associação de funcionários e um grupo de escoteiros (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1966b).

Após receber o relatório de Finageiv, Renato Soeiro o enviou para Barreto, informando a necessidade de um novo parecer inicial sobre o tombamento, pois a preservação da edificação ia de encontro ao projeto de um novo edifício. Em documento anexado ao ofício de Finageiv, de novembro de 1966, Barreto informou que o assunto havia sido reestudado, decidindo-se por manter os termos do último parecer, pelas poucas edificações de mesmo vulto existentes no sul do país (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1966b).

Após esse parecer, era necessária ainda a avaliação da solicitação de tombamento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em junho de 1967, o conselheiro Miran de Barros Latif foi nomeado relator do processo. Em agosto, Latif emitiu parecer (anexado à ata da reunião do conselho que aconteceria no mesmo mês) também favorável sobre o tombamento do edifício. Segundo ele:

O prédio, embora isolado, ocupa todo um quarteirão e, na sua grandiosidade, adquire o caráter de conjunto com a atmosfera indispensável à boa preservação de monumentos antigos. Embora não enobrecido por enquadramentos em cantaria lavrada a sua composição arquitetônica é imponente e harmoniosa no agenciamento de motivos que a livram da pecha de Acadêmica para situá-la como clássica ou bem no conceito emitido pelo Chefe da Seção de Arte, como neoclássica. É próprio Nacional. O pedido de tombamento, partindo de entidade como a Câmara do Comércio da cidade do Rio grande, dá esperança de que já se tenha encarado ou se venha facilmente a encarar destino conveniente para o vasto prédio em questão (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1967).

O parecer de Latif mostrou as qualidades principais consideradas naquele momento para elevar o edifício à categoria de bem patrimonializado. A primeira delas dizia respeito às grandes dimensões do edifício, que compensavam o fato de o

mesmo não ser um conjunto. A sua “grandiosidade” também havia auxiliado para que a Alfândega se tornasse um marco na paisagem e na memória coletiva dos rio-grandinos.

O segundo atributo era o fato de, apesar de singelo em relação a materiais de construção, tratar-se de uma construção “imponente”. E aqui abrimos um parêntese com relação à utilização, pelo relator, do termo “pecha acadêmica”. O ecletismo ainda era visto como fruto de concepções ultrapassadas, criadas dentro da academia, que propunham o projeto arquitetônico e seus ornamentos de acordo com um uso específico, sempre baseados em estilos do passado. Os integrantes da DPHAN, ao contrário, apoiavam uma “reelaboração da cultura brasileira”, recusando a “mistura de estilos pretéritos” (FONSECA, 2009, p. 117).

A descrição da qualidade seguinte não precisava realmente ser extensa. Incentivar o tombamento de um bem público, e a conseqüente responsabilidade com relação a sua preservação pelo poder público, pareceu uma atitude sensata. Assim como sugeriu o Jornal Rio Grande, o edifício poderia ser ocupado por outras repartições públicas. O último atributo apontado foi bastante valorizado, provavelmente por não ser usual no período, como visto anteriormente. O fato de uma entidade da própria cidade defender o tombamento do edifício e mostrar-se preocupada com uma ameaça de demolição permitia inferir-se que ele seria preservado e utilizado ao longo do tempo.

Ainda em agosto de 1967, reuniu-se o Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que tinha agora Renato Soeiro como presidente. Na ata da reunião, foi informado que Soeiro havia proposto um “voto de louvor e reconhecimento ao Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, recentemente aposentado” após “31 anos presidindo a DPHAN e seu Conselho Consultivo com eficiência, dedicação e competência” (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1967).

Após algumas outras pautas, o Relator Miran Latif apresentou o “Processo nº 765-T-65: Edifício onde funciona a Alfândega da cidade do Rio Grande, RS” e o seu parecer. Como resolução, “por unanimidade, o Conselho deliberou proceder ao tombamento, de acordo com as conclusões do voto do Relator” (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1967). Após a deliberação, foi inscrito sob o número 404 do Livro do Tombo Histórico nº 2, em 04/09/1967.

O edifício, agora um bem patrimonializado, passou por obras de conservação ao longo dos anos e recebeu uma restauração completa na década de 1980 (MUSEU

DA CIDADE DO RIO GRANDE, 1986). Em 1984, durante a restauração, era discutida a criação do Museu da Cidade do Rio Grande. A Superintendência da Receita Federal, uma das entidades envolvidas com a criação, sugeriu ceder uma área do antigo edifício da Alfândega para as instalações do museu, o que ocorreu em 1987, com relação à Coleção Histórica¹⁷ (ANJOS, 2012).

Nos últimos anos, a antiga Alfândega continuou fortalecendo a sua posição enquanto marco na paisagem da cidade (figura 7), símbolo de identidade e parte das memórias coletivas dos rio-grandinos. Mesmo em períodos nos quais alguns de seus setores estiveram fechados para obras de conservação, continuou representando o Rio Grande em telejornais, através da apresentação de sua imagem em plano geral.

Com relação a eventos culturais, foi um dos edifícios abertos para visitação durante a “Noite do Centro Histórico”¹⁸, realizada em outubro de 2021, quando algumas edificações ao redor da Praça Xavier Ferreira estiveram abertas ao público no turno da noite. Em dezembro do mesmo ano, ocorreu a 3^a Mostra de Cinema Latino-Americano de Rio Grande – Cine Drive-in¹⁹, no trecho da Rua Riachuelo em frente ao edifício. Antes e depois da exibição dos filmes, o público circulou pelo local, contemplando tanto o patrimônio edificado quanto o patrimônio natural do estuário. Visitas guiadas para conhecer o interior do edifício (figuras 8 e 9), podem ser agendadas junto à Receita Federal - Unidade Alfândega do Porto do Rio Grande.



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2022.

FIGURA 7
Fachada do terceiro edifício da Alfândega voltada para a Rua Marechal Floriano Peixoto, com pórtico marcando o acesso principal



Fonte: Registros fotográficos da autora, em visita guiada pela Secretária da Alfândega do Porto de Rio Grande Tais de Rosa, 2022.

FIGURAS 8 e 9

Vista do hall de entrada principal do edifício, mostrando ornamentações e a cúpula voltada para a Rua Marechal Floriano Peixoto; e vista do Salão Nobre, também com ornamentações

Considerações finais

Quando foi iniciada, para este trabalho, a pesquisa mais aprofundada, tanto em relação à construção quanto ao processo de tombamento do terceiro edifício da Alfândega do Rio Grande, foram ouvidos alguns cidadãos rio-grandinos, expondo brevemente o que eles conheciam sobre a antiga ameaça de demolição. Tais fatos pareciam, em um primeiro momento, algo como uma lenda, pois era difícil imaginar tal período sombrio em relação à preservação do patrimônio, mesmo sabendo do enorme descaso sofrido pelo patrimônio material e imaterial em todo o país, em diversos momentos.

Após a leitura do relato de Saint-Hilaire, em 1820, pôde-se compreender a importância da alfândega para a cidade do Rio Grande. Como disse o botânico, era possível que Rio Grande tivesse sido abandonada, devido aos seus fortes ventos, seus pântanos e sua dunas, caso não houvesse nesta cidade uma Alfândega. Essa e outras informações contidas na primeira parte do texto são consideradas extremamente importantes para que seja compreendida a relevância da Alfândega, inicialmente como atividade através dos seus dois primeiros prédios, para que depois o terceiro fosse apresentado ao leitor.

Com relação à etapa da construção, tendo o edifício sido projetado pelo engenheiro Francisco Nunes de Miranda ou pelo arquiteto August Landgraf, a

proposta para uma obra neoclássica com menor número de elementos e ornamentação, devido à dificuldade de materiais e mão de obra ou puramente pela intenção dos técnicos, foi um dos pontos positivos que, quase 100 anos depois, foram apontados por Miran Latif e permitiram seu tombamento em nível federal.

A análise da solicitação do tombamento, fonte que motivou inicialmente este trabalho, foi um grande aprendizado, carregado de sentimentos. Primeiro, pela descoberta da origem da solicitação a partir de um órgão rio-grandino que valorizava sua cidade, principalmente por ter um passado. Não somos uma cidade *nouveau riche*, dizia o Jornal Rio Grande. Em segundo lugar, pela própria trajetória do processo no órgão de proteção federal, começando pelo parecer inicial de Barreto, então favorável; passando pela investigação de Finageiv, importante ao confirmar a ameaça de demolição; finalizando pelo parecer do conselho, deferindo o tombamento com unanimidade.

Foi analisada, mesmo que de forma breve, a importância conferida ao edifício atualmente, através dos eventos culturais realizados nos últimos anos, principalmente no ano de 2021, quando a cidade tentava reativar eventos em meio a uma fase um pouco mais branda da pandemia da Covid-19. Percebeu-se, então, como seria difícil visualizar a Praça Xavier Ferreira e tantos edifícios do seu entorno, exemplares do século XIX, próximos a uma construção modernista acompanhada de um estacionamento.

Mesmo não intencionando fazer comparações entre tão diferentes décadas, cidades e momentos de um órgão de preservação, é difícil não citar nesta conclusão a demolição do edifício da Academia Imperial de Belas Artes, fato mencionado na introdução, enquanto o SPHAN recém caminhava. A sede da academia era um neoclássico oficial e o seu terreno conta, atualmente, com um estacionamento. A Câmara do Comércio impediu que a antiga Alfândega do Rio Grande tivesse o mesmo fim, ao acreditar na possibilidade do tombamento.

Assim, constata-se que os fatos que fizeram do edifício um bem patrimonializado e preservado ainda hoje começaram a ser delineados antes mesmo da sua edificação, através da implementação da atividade alfandegária, ligada à relevância das atividades portuárias e comerciais. Também contaram o envolvimento da cidade com o tempo de apogeu relacionado a essas atividades e as memórias que os rio-grandinos e os visitantes guardam com relação ao estuário e ao Centro Histórico.

NOTAS

1. “Planta da Villa de Rio Grande de S. Pedro do Sul – tirada por ordem da Câmara Municipal – 1829”. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart537316/cart537316.jpg.
2. Conforme Lista de Bens Tombados e em Processo de Tombamento do IPHAN, foram também tombadas em nível federal a Igreja Matriz de São Pedro (atual Catedral) e a Capela da Ordem Terceira de São Francisco, tanto suas edificações quanto seus acervos, em 1938. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>.
3. Segundo Mendes, Veríssimo e Bittar (2011), um palmo era equivalente a 22-24 centímetros, uma braça era equivalente a 91 centímetros e um pé era equivalente a 30,5 centímetros.
4. Contratado inicialmente como “professor de pintura histórica”, Debret permaneceu no país entre 1816 e 1831, tendo produzido centenas de obras que retrataram a vida nas cidades coloniais brasileiras (BANDEIRA; LAGO, 2013, p. 62-63).
5. Na época que escrevia sua obra, Barreto (1976) informou que a aquarela fazia parte da Fundação Raymundo de Castro Maya, no Rio de Janeiro.
6. Esse mercado foi o primeiro existente na área portuária, estava em funcionamento, mas ainda não totalmente finalizado, em 1847 (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1847).
7. O prédio da Praça do Comércio, que se situava entre o Mercado Público Municipal e a Alfândega, no mesmo local da atual Câmara do Comércio, foi construído posteriormente, ainda na década de 1840 (CESAR, 2016).
8. Uma fotografia presente na Biblioteca Rio-Grandense mostra o edifício com maiores detalhes, apesar de não possibilitar a análise do seu entorno. Através dela, foi possível confirmar as características citadas.
9. O edifício, inaugurado em 1879, recebeu uma placa em seu pórtico de acesso principal com o seguinte conteúdo: “O Visconde do Rio Branco, Ministro da Fazenda, mandou edificar esta Alfândega, 1875-1879”.
10. Segundo Weimer (2006, p. 16), em 1858 foi aprovada uma lei que obrigou a demissão de técnicos estrangeiros a serviço das províncias, pela relação diplomática de alguns países (ou estados) com a Inglaterra, “contra a qual se voltavam os escravocratas pelas restrições ao tráfico negreiro”.
11. Nesse momento, a sede da Câmara do Comércio se localizava ao lado da Alfândega, a leste, em um edifício construído na década de 1940 (MARTINS, 2016).
12. A solicitação foi assinada por Walter Albrecht (Presidente) e Luiz de Mello Sampayo (Secretario). Assim como os documentos seguintes, foi anexada ao Processo N° 765-T-65 (1965-67). “Edifício onde funciona a Alfândega de Rio Grande”. Ministério da Educação e Cultura, DPHAN, DET. Seção de História”.
13. Nesse documento assinaram Bolívar Nóbrega Frazão (Presidente) e Helos Guardiola Velloso (Secretario).
14. Os textos foram analisados na íntegra, em exemplares do jornal localizados na Biblioteca Rio-Grandense, em Rio Grande/RS.
15. As duas reportagens foram assinadas pela direção do jornal, composta por Daoiz de la Rocha, Gilberto M. C. Cardoso e Hugo D. Silveira. O diretor-gerente do periódico era Alberto Alves.
16. São quatro os Livros do Tombo do (IPHAN): Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do

Tombo das Artes Aplicadas. Informações conforme: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>.

17. A Coleção Sacra do Museu da Cidade do Rio Grande foi disposta na Capela da Ordem Terceira de São Francisco, também tombada pelo IPHAN.
18. Evento promovido pela Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG). Informações disponíveis em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/prefeitura-divulga-programacao-da-noite-do-centro-historico/>.
19. Evento promovido pela PMRG, IFRS- Campus Rio Grande e Sesc Fecomércio. Informações disponíveis em: <https://www.mostraderiogrande.com.br/drive-in>.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

Biblioteca Nacional Digital

ICONOGRAFIA. *Porto do Rio Grande: Alfândega vista do mar*. Atelier Fontana. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon627719/icon627719.jpg. Acesso em: 31 jan. 2022.

Biblioteca Rio-Grandense

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. *Relatório da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande*. Rio Grande: 1845, 1847.

MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. *Alfândega do Rio Grande - Terceiro Prédio*. Memória Rio-Grandina. Folheto informativo. Ano 1, n. 4. Rio Grande, jan. 1986.

Jornal Diário do Rio Grande. Rio Grande: 12 de out. 1878.

Jornal Rio Grande. Rio Grande: 23 de set. 1964, 26 de set. 1964.

Brasileira Fotográfica

Série: “O Rio de Janeiro desaparecido”. Título: XVI - O prédio da Academia Imperial de Belas Artes. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=26333>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Arquivo Central do IPHAN. Seção Rio de Janeiro. Processo de Tombamento Nº 765-T-65 de 04/09/1967:

CAMARA DE COMÉRCIO DA CIDADE DE RIO GRANDE. Ofício 0654. Ano 121. Tombamento do edifício onde funciona a Alfândega de Rio Grande, 28 de julho de 1965. Rio Grande.

CAMARA DE COMÉRCIO DA CIDADE DE RIO GRANDE. Ofício 0112. Ano 122. Tombamento do edifício onde funciona a Alfândega de Rio Grande, 12 de abril de 1966. Rio Grande.

DIRETORIA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ofício 1319. Tombamento do edifício onde funciona a Alfândega de Rio Grande, 13 de outubro de 1965. Rio de Janeiro, 1965.

DIRETORIA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Pedido de Tombamento do prédio da Alfândega da cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 26 de agosto de 1966. Rio de Janeiro, 1966a.

DIRETORIA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Informação 375. Prédio da Alfândega, à rua Marechal Floriano, na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 27 de outubro de 1966. Rio de Janeiro, 1966b.

DIRETORIA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ata da 49ª Reunião do Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 22 de agosto de 1967. Rio de Janeiro, 1967.

DIVISÃO DE OBRAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. Telegrama. Protocolo DPHAN nº 1438, 29 de setembro de 1966. Rio de Janeiro, 1966.

Museu da Cidade do Rio Grande

Coleção Histórica. Imagens: Edifício da Alfândega em 1987.

Gravura do segundo edifício da Alfândega em 1858.

Projeto da Nova Alfândega do Rio Grande em 1875.

Bibliografia

ANJOS, D. M. *Acervo e sociedade: Museu da Cidade do Rio Grande/RS*. Rio Grande, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande.

BANDEIRA, J.; LAGO, P. C. D. *Debret e o Brasil: obra completa (1816-1831)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2020.

BARRETO, A. *Bibliografia sul-rio-grandense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976.

BRUAND, Y. *A arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CESAR, W. *A cidade do Rio Grande: do big bang a 2015*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

COPSTEIN, R. Evolução urbana de Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, v. 122, p. 43-63, 1982.

FABRIS, A. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v. 1, n. 1, p. 131-143, 1993.

FERREIRA, G. R. M.; GASTAUD, C. R. *Cem anos de Porto Novo: memória e esquecimento de um Porto Velho e de uma “Barra Diabólica.”* Rio Grande: Editora da FURG, 2018.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

MARTINS, S. F. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

QUEIROZ, M. L. B. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.

REZENDE, M. B. et al. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. In: *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins, 1987.

TORRES, L. H. Os primeiros prédios da Alfândega do Rio Grande. *Jornal Agora*. O Peixeiro, 6 ago. 2004a.

TORRES, L. H. O atual prédio da alfândega do Rio Grande. *Jornal Agora*. O Peixeiro, 20 ago. 2004b.

TORRES, R. O. “... e a modernidade veio a bordo”: *Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS*. Pelotas, 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Rodrigo-Torres.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

WEIMER, G. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no império*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

Eliza Furlong Antochevis é Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, Mestra e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como citar:

ANTOCHEVIS, Eliza Furlong. A quase perda de um patrimônio: o antigo edifício da Alfândega da cidade do Rio Grande / RS. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 1, p. 299-324, jan./jun. 2022. Disponível em: pem.assis.unesp.br.